
Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco

Plano de Trabalho

Comissão de Administração Pública

Tema: Gestão de recursos humanos no setor público e realização de concursos.

— 2023/2024 —



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

Tema em Foco — Plano de trabalho

Plano de trabalho da Comissão de Administração Pública para fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, o tema “Gestão de recursos humanos no setor público e realização de concursos”, na esfera do Tema em Foco 2023/2024

Comissão de Administração Pública:

Membros efetivos:

Leonídio Bouças – presidente

Roberto Andrade – vice-presidente

Beatriz Cerqueira

Nayara Rocha

Professor Cleiton

Rodrigo Lopes

Sargento Rodrigues

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Endereço:

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921

Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco
Comissão de Administração Pública
— Plano de Trabalho —

1) Tema escolhido: Gestão de recursos humanos no setor público e realização de concursos.

2) Objetivo geral:

Monitorar programas, ações e proposições legislativas relacionados à gestão de recursos humanos e às questões afetas aos concursos públicos no Estado de Minas Gerais.

3) Objetivos específicos:

- I. analisar os editais e processos relativos a concursos públicos para preenchimento de vagas nos quadros da Administração Pública do Estado de Minas Gerais;
- II. analisar as questões relativas ao pagamento de pessoal e seus respectivos planos de carreira;
- III. analisar as legislações referentes aos servidores da Administração Pública estadual;
- IV. acompanhar as audiências públicas e as visitas realizadas pela Comissão de Administração Pública que se relacionem aos temas da gestão de recursos humanos e da realização de concursos públicos no Estado;
- V. monitorar as questões afetas à previdência e à assistência aos servidores públicos, incluindo assuntos relativos à saúde do servidor;
- VI. acompanhar o debate relativo ao Plano de Recuperação Fiscal da atual gestão no que disser respeito à carreira, realização de concurso público e demais aspectos atinentes à gestão de recursos humanos.

4) Atividades realizadas

As atividades da comissão tiveram início em 7/3/2023, sob a presidência do deputado João Magalhães, e continuaram sob a atual presidência, do deputado Leonídio Bouças. A partir de 7 de março, foram realizadas 21 audiências públicas, e, a respeito dos assuntos tratados no “Tema em Foco”, elencamos os seguintes:

1. Audiência pública de 23/5/2023, às 10 horas, cuja finalidade foi “debater a necessidade do cômputo do tempo de serviço relativo ao período de suspensão da Lei Complementar nº 173, de 2020 (28/5/2020 a 31/12/2021), pelo Estado, para fins de concessão de vantagens e demais adicionais por tempo de serviço aos servidores públicos estaduais, tendo em vista a decisão proferida pelo

Tribunal de Contas do Estado, em 14/12/2022, no Processo nº 1114737, e pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em 22/3/2023, nos autos nº 1.0000.22.293357-4/000, bem como o pagamento dos valores retroativos devidos.”;

2. Audiência pública de 30/5/2023, às 16 horas, cujo propósito foi “debater a prestação dos serviços de assistência médica, hospitalar e odontológica aos usuários do Ipsemg e o atendimento aos servidores públicos pelas áreas de perícia médica e saúde ocupacional do Estado e fazer um balanço da prestação desses serviços.”; Requerimentos decorrentes dessa audiência:

2.1. RQC nº 2.445/2023: “Requerem seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para aumentar o número de atendimentos de cotas regionais, de modo a garantir o devido suporte aos beneficiários e seus dependentes, além da efetiva assistência em todas as clínicas, tendo em vista a fragilidade do serviço ofertado atualmente.”

Seu desdobramento foi o RQN nº 2.340/2023, aprovado e arquivado.

2.2. RQC nº 2.446/2023: “Requerem seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para que sejam realizados novos credenciamentos de clínicas e hospitais, bem como de clínica para exames de imagem e ambulatoriais, a fim de garantir atendimentos primário, médio e de alta complexidade a todos os beneficiários e seus dependentes, haja vista a falta de médicos especializados e a demora para realização de exames médicos e autorização de cirurgias.”

Seu desdobramento foi o RQC nº 2.341/2023, aprovado e arquivado.

2.3. RQC nº 2.447/2023: “Requerem seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para que seja realizado o credenciamento de novos profissionais, bem como a revisão da tabela vigente de pagamentos, visando garantir novos credenciamentos e promover o devido atendimento a todos os beneficiários e seus dependentes.”

Seu desdobramento foi o RQC nº 2.342/2023, aprovado e arquivado.

2.4. RQC nº 2.448/2023: “Requerem seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para que sejam instituídos mecanismos para a efetiva valorização e ampliação de sua rede própria, de modo que seu corpo funcional de servidores também seja reconhecido e valorizado.”

Seu desdobramento foi o RQC nº 2.343/2023, aprovado e arquivado.

2.5. RQC nº 2.701/2023: “Requer seja realizada visita ao Hospital Governador Israel Pinheiro, em Belo Horizonte, para se averiguarem as condições de atendimento aos beneficiários do Ipsemg, conforme encaminhamento da 17ª Reunião Extraordinária da comissão, em 30/5/2023, que teve por finalidade debater a prestação dos serviços de assistência médica, hospitalar e odontológica ofertados aos usuários do Ipsemg.”

Situação: evento aguardando agendamento.

2.6. RQC nº 2.703/2023: “Requer seja realizada audiência pública para avaliar o atendimento da Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional vinculada à Secretária de Estado de Planejamento e Gestão aos servidores públicos estaduais, conforme encaminhamento da 17ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 30/5/2023, em que se debateu a prestação dos serviços de assistência médica, hospitalar e odontológica ofertada aos usuários do Ipsemg.”

Situação: evento aguardando agendamento.

- 3.** Audiência pública de 13/6/2023, às 14h30min, para “debater a situação dos diretores e diretoras de escolas do Estado que fizeram a opção remuneratória de acordo com a Lei nº 21.710, de 2015, e a ameaça, por parte do Estado, de deflagrar processos administrativos.”; Requerimento decorrente dessa audiência:

3.1. RQC nº 2.687/2023: “Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Advocacia-Geral do Estado – AGE – pedido de providências para que seja anulada a determinação contida no Memorando nº 6/2023/SEE, que define a instauração de processos administrativos, em rito sumário, com prazo final em 31/8/2023, contra os diretores e diretoras de escolas estaduais aposentados e apostilados, em atenção aos princípios da Lei nº 14.184, de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual, bem com ao prazo decadencial estabelecido em seu art. 65 e ao direito adquirido à paridade.”

Seu desdobramento foi o RQC nº 2.360/2023, aprovado e arquivado.

- 4.** Audiência pública de 21/9/2023, às 14h30min, a fim de “Debater e cobrar do governador do Estado proposta de recomposição salarial para os servidores públicos estaduais.”;
- 5.** Audiência Pública realizada em 26/9/2023, às 9h30min, que teve por finalidade debater a precarização do trabalho dos servidores do Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais – DER –, bem como a mudança do local de sua sede para a Cidade Administrativa;

6. Audiência Pública realizada em 28/3/2023, às 9h30min, que teve por finalidade debater os impactos do Projeto de Lei nº 358/2023, encaminhado a esta Casa pelo governador do Estado, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências;
7. Audiência Pública realizada em 18/4/2023, às 10 horas, que teve por finalidade debater aspectos da reorganização da estrutura do Estado contidos na Reforma Administrativa do Estado, conforme Projeto de Lei nº 358/2023.

5) Cronograma de atividades para 2023 a partir deste plano de trabalho:

ATIVIDADES	OUT	NOV	DEZ
Monitorar e acompanhar as reuniões, especialmente as audiências públicas que forem agendadas para a Comissão de Administração Pública, relacionadas a assuntos do “Tema em Foco”.	x	x	x
Monitorar e participar das visitas que forem agendadas para a Comissão de Administração Pública relacionadas a assuntos do “Tema em Foco”.	x	x	x
Audiência Pública: “Debater a carreira dos servidores estaduais de saúde e sua valorização.” Origem: RQC nº 3.475/2023.	x		
Audiência Pública: “Debater a necessidade de nomeação e convocação de candidatos aprovados no último concurso para analista da Polícia Civil, na especialidade Psicologia, tendo em vista a sobrecarga dos servidores.” Origem: RQC nº 3.747/2023.	x		
Audiência Pública: “Debater o Plano de Recuperação Fiscal, encaminhado pelo Poder Executivo à Secretaria do Tesouro Nacional em 31/5/2023, com o secretário de Estado de Fazenda.” Origem: RQC nº 4.236/2023.	x		

Ademais, outros eventos institucionais relacionados ao tema em foco poderão ocorrer, com o consequente monitoramento por esta comissão.

Por fim, outras atividades e requerimentos poderão ser apresentados após o recebimento das respostas dos requerimentos dos seguintes pedidos de providências, que aguardam aprovação:

- RQC nº 4.378/2023, que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, em Belo Horizonte, e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, antes de ser realizada a mudança do local da sede do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG –, sejam ouvidos o Sindicato

dos Trabalhadores Públicos em Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais e a Associação dos Engenheiros do DER-MG;

- RQC nº 4.377/2023, que requer seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado – AGE –, à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para dar encaminhamento à proposta do plano de carreira dos servidores do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – e da Seinfra, culminando com a apresentação de projeto de lei sobre a matéria;
- RQC nº 4.376/2023, que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho em Belo Horizonte (3ª Região) e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – pedido de providências para a regularização da situação dos servidores do Departamento de Estradas de Rodagens de Minas Gerais – DER-MG – e da Seinfra, relativamente ao pagamento da Gratificação de Incentivo à Produtividade dos Profissionais de Engenharia e Arquitetura – Gippea. Informou-se que essa gratificação não é paga quando os servidores necessitam usufruir licenças médicas, incluindo a licença-maternidade, fazendo com que, nessa circunstância, muitas vezes a remuneração percebida seja inferior ao valor do salário-mínimo. Ademais, a Gippea não é paga aos servidores da Seinfra, somente aos do DER-MG, prejudicando consideravelmente os rendimentos dos servidores daquela secretaria e violando o princípio da isonomia.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente.